

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A.
Trairi - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Operação pré-operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia se encontra em fase pré-operacional e que o início das operações e geração de receitas dependem do sucesso da Companhia na obtenção de recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas ou de terceiros. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

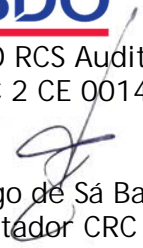


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4


Tiago de Sá Barreto Bezerra
Contador CRC 1 CE 024436/O-5

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5	2	Fornecedores	10	231	125
Contas a receber	5	730	-	Empréstimos e financiamentos	11	277	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	4	-	Obrigações sociais e trabalhistas	-	8	-
Impostos a recuperar	-	9	-	Obrigações tributárias	-	63	2
Outros créditos		145	-	Instrumentos financeiros derivativos	-	8	-
		893	2	Partes Relacionadas	12	2.638	-
						3.225	127
Não circulante				Não circulante			
Outros créditos		89	-	Empréstimos e financiamentos	11	74.152	-
Aplicações financeiras	6	3.757	-	Partes relacionadas	12	12.122	4.227
Partes relacionadas	11	3.110	-			86.274	4.227
Imobilizado	7	107.605	14.865	Patrimônio líquido			
Intangível	8	3.085	1.514	Capital social	14	29.728	13.061
Ativos contratuais	9	286	918	Prejuízos acumulados	-	(402)	(116)
		117.932	17.297			29.326	12.945
				Total do passivo e do patrimônio líquido			
Total do ativo		118.825	17.299			118.825	17.299

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	15	(137)	(99)
Resultado operacional		(137)	(99)
Despesas financeiras	16	(329)	(3)
Receitas financeiras	16	213	-
Resultado financeiro, líquido		(116)	(3)
Resultado antes dos impostos sobre a renda		(253)	(102)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(33)	-
Prejuízo do exercício		(286)	(102)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(286)	(102)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(286)</u>	<u>(102)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1	(14)	(13)
Prejuízo do exercício	-	(102)	(102)
Aumento de capital social	13.060	-	13.060
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.061	(116)	12.945
Prejuízo do exercício	-	(286)	(286)
Aumento de capital social	16.667	-	16.667
Saldos em 31 de dezembro de 2020	29.728	(402)	29.326

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(286)	(102)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação	-	3
	(286)	(99)
Aumento e Redução das contas de ativo e passivo		
(Aumento) / Redução em contas a receber	(730)	-
(Aumento) / Redução em Instrumentos financeiros derivativos ativos	(4)	-
(Aumento) / Redução em impostos a recuperar	(9)	-
(Aumento) / Redução em outros créditos	(233)	-
Aumento / (Redução) em fornecedores	106	125
Aumento / (Redução) em Instrumentos financeiros derivativos passivos	8	-
Aumento / (Redução) em obrigações sociais e trabalhistas	8	-
Aumento / (Redução) em obrigações tributárias	61	2
Aumento / (Redução) em partes relacionadas passivas	2.638	-
Caixa líquido das atividades operacionais	1.559	28
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	(3.757)	(670)
(Aquisições) / Baixas de ativos contratuais	632	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(3.110)	-
Aquisições de imobilizado	(91.109)	(14.868)
Aquisições de intangível	(1.571)	(1.464)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(98.915)	(17.002)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos com partes relacionadas	7.895	3.915
Aumento de capital social	16.667	13.060
Capitação de empréstimos e financiamentos	76.241	-
Pagamento de custos de transação	(3.444)	-
Caixa líquido das atividades de financiamentos	97.359	16.975
Aumento líquido/(redução) de caixa	3	1
Caixa no início do período	2	1
Caixa no final do período	5	2
Aumento líquido/(redução) de caixa	3	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Informações gerais

A Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 01 de novembro de 2018, com Sede em Trairi/CE. A controladora direta da Companhia é o acionista Serrote Geração de Energia Elétrica S.A., com sede na Cidade de Fortaleza/CE.

A Companhia tem como principal atividade a geração e comercialização de energia elétrica como produtor independente, a partir de fonte eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objetivo social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras de energia eólica.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 30 de abril de 2021.

Efeitos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que o novo coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global.

O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas aos riscos da pandemia, aumentam o grau de incerteza para os agentes econômicos de modo a gerar consequências relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

No entanto, neste período, as atividades da Companhia não foram paralisadas, uma vez que a Administração, visando mitigar os impactos do surto na vida das pessoas, nas operações e nas demonstrações contábeis, tomou uma série de medidas para atenuar os efeitos da COVID-19, a saber:

- Criação de um Comitê de Crise multidisciplinar para discussão das medidas emergenciais;
- Fornecimento e obrigatoriedade do uso de máscaras, de produtos para higienização pessoal e dos EPI's adequados nas obras e instalações administrativas;
- Controle de distanciamento e rigor nas atividades de desinfecção das áreas comuns e de convivência do canteiro de obras e sede administrativa, como refeitórios, ônibus e banheiros;
- Acompanhamento do estado de saúde de todos os trabalhadores;
- Plano de contingência e suporte para os casos confirmados de contaminação.

Considerando a imprevisibilidade da evolução da pandemia e dos seus impactos, atualmente não é praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxo de caixas estimados para os próximos períodos.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros - mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber

O saldo registrado refere-se as contas a receber com fornecimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação - ativos e passivos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) - ativos financeiros e ativos contratuais

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA), com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6. Outros créditos

Estes são demonstrados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Também compreendem custos do ativo imobilizado, os custos relacionados com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente, após dedução das receitas líquidas provenientes da venda.

A depreciação é calculada pelo método linear, por componente e com base nas taxas descritas na Nota Explicativa nº 5. A Companhia acompanha o valor residual e vida útil dos ativos, inclusive quanto à legislação aplicável para concessões e ao direito de indenização dos ativos remanescentes e não amortizados ao final da concessão.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais", na demonstração do resultado.

2.9. Ativos contratuais

A Companhia reconhece como ativo do contrato os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente uma vez que espera recuperar esses custos ao longo do prazo contratual de fornecimento de energia que será gerada pelo seu parque eólico. Esses custos são aqueles que a Companhia incorre para obter o contrato com o cliente que ela não teria incorrido caso o contrato inexistisse.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2.11. Fornecedores e outras obrigações

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.12. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Sociedade tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Em função da Companhia ter apurado prejuízo, não foi realizada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

2.15. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Alta Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Alta Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

(b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

(c) Risco da taxa de juros

É o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros ou de fluxos de caixa e receitas futuras. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado se refere, principalmente, às obrigações com financiamentos sujeitas a taxas de juros variáveis. Considerando que parte substancial dos financiamentos da Companhia estão atrelados a taxas como IPCA, a Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

3.2. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais do mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis. As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e classificadas como custo amortizado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto a respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo amortizado		
<u>Ativos, conforme o balanço patrimonial</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	5	2
Contas a receber de clientes	730	-
Outros créditos	234	-
Instrumentos financeiros derivativos ativo	4	-
Partes relacionadas	3.110	-
Aplicações financeiras	3.757	-
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo amortizado		
<u>Passivos, conforme o balanço patrimonial</u>		
Fornecedores	231	125
Empréstimos e financiamentos	74.429	-
Obrigações sociais e trabalhistas	8	-
Obrigações tributárias	63	2
Instrumentos financeiros derivativos	8	-
Partes relacionadas	14.760	4.227

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bancos	-	1
Aplicações financeiras	5	1
	<u>5</u>	<u>2</u>

Bancos correspondem a disponibilidade bancária para utilização na operação da Companhia.

5. Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	730	-
	<u>730</u>	<u>-</u>

Refere-se a receita de testes que foi contabilizada no grupo do ativo imobilizado, líquido dos custos relacionados a esses testes.

A energia elétrica comercializada pela Companhia foi negociada no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, cujo recebimento dos valores depende da adimplência dos clientes filiados à CCEE.

Historicamente as contas a receber são quitadas em 45 dias. Em virtude disso, a Companhia entende que em 31 de dezembro de 2020 não é aplicável uma Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

6. Aplicações financeiras

São aplicações financeiras vinculadas aos empréstimos e financiamentos capitados pela Companhia no exercício de 2020. A Companhia precisa manter aplicações financeiras em montantes pré-estabelecidos pela instituição financeira como forma de garantia de solvência para eventuais quitações.

Parte das aplicações financeiras serão mantidas até o cumprimento dos covenants dos garantidores dos financiamentos e o remanescente até o vencimento dos empréstimos e financiamentos captados ou pela liquidação antecipada dos mesmos. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de aplicações financeiras é no montante de R\$ 3.757.

7. Imobilizado

7.1. Composição do imobilizado

	Depreciação % a.a.	2020			2019
		Custo	Depreciação	Líquido	
Máquinas e equipamentos	10	37	-	37	-
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10	26	-	26	-
Computadores e periféricos	20	18	-	18	-
Instalações comerciais	10	4	-	4	-
Móveis e utensílios	10	1	-	1	-
Torre anemométrica	10	261	(24)	237	201
Imobilizado em andamento		107.282	-	107.282	14.664
		107.629	(24)	107.605	14.865

7.2. Movimentação do imobilizado

	2019	Adições	Capitalização de juros e custos de transação	2020
Máquinas e equipamentos	-	37	-	37
Benfeitorias em propriedade de terceiros	-	26	-	26
Computadores e periféricos	-	18	-	18
Instalações comerciais	-	4	-	4
Móveis e utensílios	-	1	-	1
Torre anemométrica	201	36	-	237
Imobilizado em andamento	14.664	90.987	1.631	107.282
	14.865	91.109	1.631	107.605

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

8. Intangível

8.1. Composição do intangível

	2020		2019
	Custo	Líquido	
Gastos com parques eólicos	3.085	3.085	1.514
	3.085	3.085	1.514

8.2. Movimentação do intangível

	2019	Adições	2020
Gastos com parques eólicos	1.514	1.571	3.085
	1.514	1.571	3.085

9. Ativos contratuais

	2020	2019
Consultoria com elaboração de contratos	286	286
Seguro garantia	-	25
Custos com análise dos projetos	-	514
Consultoria financeira	-	90
Custos cartoriais	-	3
	286	918

Os referidos saldos não estão sendo amortizados em função de tais investimentos ainda estarem em estágio pré-operacional.

A redução do saldo se refere às alocações de custos para obtenção de empréstimos e financiamentos inicialmente contabilizados em Ativos Contratuais para os saldos passivos da dívida capitados em 2020 e serão amortizados ao longo da duração do contrato.

10. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores de máquinas, materiais e serviços	231	125
	231	125

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

11. Empréstimos e financiamentos

Durante o exercício de 2020, a Companhia capitou recursos junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, para financiamento de seus investimentos nos parques eólicos.

A seguir apresenta-se o detalhamento dos financiamentos adquiridos:

Instituição Financeira	Modalidade	Vencimento	Carência	Tipo de amortização	Taxa a. a.	2020	2019
BNB - Banco do Nordeste do Brasil	Financiamento	setembro-41	setembro-21	Mensal	1,82% + IPCA	74.429	-
						<u>74.429</u>	<u>-</u>

<u>Segregação</u>	2020	2019
Circulante	277	-
Não circulante	74.152	-
	<u>74.429</u>	<u>-</u>

Garantias

A Companhia celebra Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, por meio do qual os Credores Fiduciários (Fiadores) se comprometeram a, observado o cumprimento das condições precedentes e dos limites de garantia estabelecidos em tal instrumento, emitir cartas de fiança bancária garantindo determinados valores no âmbito do Contrato de Financiamento Longo Prazo com Banco do Nordeste do Brasil.

Para assegurar o integral pagamento de todas as obrigações, presentes e futuras, assumidas no Contrato de Prestação de Fiança, a Companhia alienou fiduciariamente a totalidade dos Equipamentos e dos direitos creditórios em favor dos Credores Fiduciários.

12. Partes relacionadas

	2020	2019
<u>Partes relacionadas ativas</u>		
Serrote II Geração de Energia Elétrica S.A.	53	-
Serrote III Geração de Energia Elétrica S.A.	3.057	-
	<u>3.110</u>	<u>-</u>

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

As partes relacionadas do ativo não circulante se referem aos mútuos firmados entre as partes devidamente formalizados em contrato.

	2020		2019	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Partes relacionadas passivas</u>				
Serrote Geração de Energia Elétrica S.A.	357	11.769	-	3.776
Serrote II Geração de Energia Elétrica S.A.	1.902	14	-	380
Serrote III Geração de Energia Elétrica S.A.	-	127	-	-
Serrote VI Geração de Energia Elétrica S.A.	-	94	-	-
Qair Brasil Participações S.A.	379	118	-	71
	<u>2.638</u>	<u>12.122</u>	<u>-</u>	<u>4.227</u>

As partes relacionadas do passivo circulante referem-se à valores negociados por contratos de compartilhamento dos serviços de infraestrutura, o qual têm por objetivo a distribuição dos gastos com pessoal, locação de imóveis, gastos condominiais, gastos de telecomunicações e informática, serviços administrativos e consultorias.

As partes relacionadas do passivo não circulante referem-se aos mútuos firmados entre as partes devidamente formalizados em contrato.

12.1. Transações com partes relacionadas

A Companhia possui despesas decorrente de contrato de compartilhamento, basicamente, compostas por despesas com pessoal e ocupação, firmado com sua controladora.

O compartilhamento de despesas afetou o resultado da Companhia no montante a seguir:

Empresa	2020	2019
Serrote I Geração de Energia Elétrica S.A.	124	39
Efeito no resultado do exercício	<u>124</u>	<u>39</u>

13. Provisão para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais e com base na experiência anterior julgou que não existem provisões para contingências prováveis a serem registradas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia também não possui ações de natureza tributária, cível, trabalhista e juizados especiais, classificadas como possíveis.

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

14. Capital Social

Acionistas	Participação %	Quantidade de ações ordinárias	2020
Qair Brasil Participações S.A.	1,00%	297.280	297
Serrote Geração de Energia Elétrica S.A.	99,00%	29.430.720	29.431
	<u>100,00%</u>	<u>29.728.000</u>	<u>29.728</u>

Acionistas	Participação %	Quantidade de ações ordinárias	2019
Qair Brasil Participações S.A.	0,86%	112.370	112
Serrote Geração de Energia Elétrica S.A.	99,14%	12.948.210	12.949
	<u>100,00%</u>	<u>13.060.580</u>	<u>13.061</u>

Em 31 de dezembro de 2019 foi subscrito o valor de R\$ 9.589.020,00 (nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e vinte Reais), mediante a emissão de 9.589.020 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um Real) por ação, os quais foram integralizados até 29 de junho de 2020.

Em 30 de junho de 2020 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 7.078.400,00 (sete milhões, setenta e oito mil e quatrocentos Reais), mediante a emissão de 7.078.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas ao preço de R\$ 1,00 (um Real) por ação.

O capital social da Companhia passou de R\$ 13.061 para R\$ 27.728 a ser realizado de forma proporcional à participação de cada acionista no capital social da Companhia.

15. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Pessoal	(73)	(17)
Tributárias	(3)	(2)
Consultoria	(42)	(23)
Auditoria	-	(1)
Responsabilidade socioambiental	(3)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(16)	(56)
	<u>(137)</u>	<u>(99)</u>

SERROTE I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

16. Resultado financeiro

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Receitas</u>		
Rendimentos de aplicações financeiras	49	-
Receitas com derivativos	164	-
	<u>213</u>	<u>-</u>
<u>Despesas</u>		
Despesas bancárias	(5)	(2)
Despesas com derivativos	(324)	-
Atualizações monetárias passivas	-	(1)
	<u>(329)</u>	<u>(3)</u>
Total líquido	<u>(116)</u>	<u>(3)</u>